

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

Em memória de Américo da Costa Ramalho

CARLOS ASCENSO ANDRÉ



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2025

Título: Em memória de Américo da Costa Ramalho

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Data de edição: 2025

DOI: [_____](#)

Em memória de Américo da Costa Ramalho

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

A palavra — objeto de reflexão e instrumento de trabalho, quando não, ao mesmo tempo, lugar de onde se observa, o que a converte, assim, numa espécie de espelho; mas também lugar de fascínio, espaço de culto, centro de iniludível atração, polo aglutinador e força centrípeta, mapa de todas as rotas e porventura rota ela mesma de muitos mapas.

Não é esse o verdadeiro horizonte da filologia?

Assim o sentiu, desde sempre, Américo da Costa Ramalho, um beirão que nas serranias raianas nasceu há cem anos, nelas cresceu e delas desceu em busca justamente da palavra.

Quem com ele privou, no seu longo magistério, habituou-se a conviver com essa obsessão pela palavra, pelos seus significados, pelos seus cambiantes, pela sua história, que de história e na história se tece a dimensão semântica que é o seu centro, pelo seu diálogo entre o texto onde vive, a comunidade que dela se serve e a transforma, os obreiros dos textos, que a fazem viver e são o motor de todas as suas metamorfoses.

Longo foi o seu percurso nesse peregrinar.

Desde cedo se afeiçoou ao estudo da palavra, que tomou como destino quando em 1945 completou a licenciatura em Filologia Clássica.

Dados os primeiros passos, parecia ser no grego que residia o seu desejo de estudar a palavra. *Dipla onómata* no estilo de Aristófanes, tal foi a sua dissertação de doutoramento, apresentada à Universidade de Coimbra em 1952. E datará de poucos anos mais tarde a seleta que publicou com Abílio Perfeito e que muitos de nós utilizámos, na adolescência e no tempo em que ainda se estudava grego no ensino secundário: *tá tôn Helénôn* — “as coisas dos Gregos” —, que conheceu, pelo menos, sete edições. À literatura grega voltaria a espaços e em ocasiões pontuais, seja em artigos a respeito, por exemplo, do mesmo Aristófanes, seja, décadas depois, na tradução de *Pluto*, deste comediógrafo grego.

Professor catedrático da Faculdade de Letras de Coimbra bem jovem, em 1954, aos 33 anos, parecia estar a deixar o grego e a literatura grega em busca de novo rumo para a sua carreira, no latim e na literatura latina. No latim, sim, na literatura latina nem tanto, posto que a tenha ensinado nas várias décadas de atividade como professor na Faculdade de Letras. Foi com ele que comecei a ler Cícero, Horácio, Virgílio, três dos monstros sagrados da literatura latina do século I a.C.

Ensinava-os apegado à palavra, mas também ao contexto em que se usava, conhecedor profundo que era da sociedade romana, dos seus meandros, das suas intrigas, dos seus amores e dos seus ódios, da sua grandeza e da sua pequenez, dos seus monumentos e das suas vielas, das suas contradições, em suma. Tinha, aliás, o hábito de dizer que, apesar de ter feito uma efémera e inconsequente passagem pela política portuguesa — facto a que adiante voltarei —, sabia bem menos dela do que da de Roma cujos episódios narrava amiúde como se os tivesse vivido de perto, fundamentais como eram para o conhecimento da literatura que deles e neles emergira.

Mas o trânsito que operou do grego para o latim e da literatura grega para a literatura latina, nos anos cinquenta do século passado, depressa acabaria por centrar-se em rumo bem diferente, que viria a ser, se assim pode dizer-se, a sua paixão por mais de sessenta anos: o Renascimento português e a produção literária em latim dos nossos humanistas do século XVI. Datará de 1951, tinha ele então 30 anos e ainda não terminara o seu doutoramento, quando publicou, numa dezena de páginas da revista *Biblos*, da Faculdade de Letras de Coimbra, as suas “Breves notas sobre André Falcão de Resende”. Talvez nem ele mesmo imaginasse o alcance do caminho que então começava a trilhar e a que longínquos destinos o levaria.

A André Falcão de Resende juntar-se-iam, no fio dos anos, André de Resende, Inácio de Moraes, Diogo Pires, Diogo Paiva de Andrade, Aquiles Estaço, Henrique Caiado, Diogo de Teive, D. Jerónimo Osório, Damião de Góis, Amato Lusitano, João Rodrigues de Sá de Meneses, José de Anchieta, Lopo Serrão, Pedro Sanches, António de Cabedo e tantos, tantos outros, pois não houve quase nome de entre a elite letrada do século XVI português que não tenha sido objeto da sua indagação atenta e rigorosa. E estrangeiros, também, muitos, entre os quais avultam os que viveram entre nós, como o escocês George Buchanan e o italiano Cataldo Parísio Sículo.

Cataldo, aliás, foi o que, porventura, mais tempo lhe tomou e aquele a quem mais páginas dedicou. Foi Costa Ramalho quem chamou a atenção, de um modo sistemático, persistente, lúcido, teimoso, também, com a convicção de quem sabe estar seguro da verdade, para o papel nuclear de Cataldo na génese do humanismo renascentista português. O início de um movimento cultural e literário com as características do Humanismo renascentista não é, bem o sabemos, a descoberta de um planeta por parte dos cientistas da astrofísica nem a invenção de um equipamento capaz de revolucionar a moderna tecnologia; ou seja, não tem data, hora e local de nascimento nem pode afiançar-se-lhe uma indesmentível paternidade. Dito de outra forma: não tem patente que possa registar-se. Mesmo assim, é um facto incontornável que Cataldo, trazido para Portugal por D. João II para ser o preceptor de D. Jorge, o duque de Aveiro, filho bastardo do rei e por ele destinado à realeza, foi determinante no dealbar do movimento humanista em Portugal. Isso o demonstrou repetida e teimosamente Américo da Costa Ramalho em inúmeras publicações e conferências de que jamais se cansava.

O século XVI era o seu século. Se dizia nas suas aulas de literatura latina conhecer bem melhor a vida política de Roma, nas suas sinuosidades, do que a vida política portuguesa, cujo palco pisou efemeramente, investido na função de ator, posto que muito secundário, mais familiar lhe era ainda a vida do século XVI: intrigas políticas e sociais, alianças episódicas e duradouras desconfianças, amores e ódios, os corredores escusos dos palácios, os córregos sombrios das cidades, umas e outras sendas ínvias e perigosas onde se tece e destece o poder, os nomes, as genealogias, as alcunhas, os privilégios, as mordomias e as dependências, tudo isso ele referia de cor, como se por dentro de tudo tivesse deambulado de olhar atento.

De tudo isso dão testemunho os muitos títulos que publicou e onde avultam, entre tantos outros, os cinco volumes de *Para a história do Humanismo em Portugal*, um outro de *Estudos sobre o século XVI* e o seu já distante *Estudos sobre a época do Renascimento*, a que se junta a antologia *Latim renascentista em Portugal*.

Américo da Costa Ramalho era uma memória viva, enciclopédica, mas viva, do século XVI português e mesmo europeu. No tempo em que não tínhamos ao nosso dispor os “gigabytes” de memória dos computadores que tudo armazenam, estava sempre disponível para nós a memória infinda e confiável do Mestre.

E foi assim que deslindou a *Ropicapnefma* de João de Barros, por exemplo, ou a origem da palavra *Lusíadas* ou nos ensinou a ter consciência do latim de Gil Vicente.

Não é por acaso que se referem aqui estes três nomes, pois não se circunscreveu a ação de Costa Ramalho aos autores que em latim se exprimiram. O seu século, insistia-se, era o século XVI. E nada do que a esse tempo dizia respeito ele menosprezava. Camões foi um dos seus autores de eleição. Pode dizer-se, porventura com justiça, que não fica na história como um dos grandes especialistas na hermenêutica do texto camoniano. Mas é inegável que os seus estudos sobre Camões, centrados na palavra (sempre a palavra), foram fundamentais para que outros, entre os quais me conto, chegassem a inovadoras conclusões sobre esse nome cimeiro das letras portuguesas. Desvendou os textos do grande poeta à luz do seu profundo conhecimento da literatura antiga, em especial a latina, e do conhecimento não menos minucioso do ambiente cultural do tempo que fora o dele. E desse cruzar de ciência nasceram elementos preciosos para o trabalho de muitos camonistas que do seu trabalho se serviram, a partir dos seus dois volumes *Estudos camonianos* e *Camões no seu tempo e no nosso*.

O mesmo pode dizer-se, talvez em menor grau, é certo, no que diz respeito a Gil Vicente.

Mas retornemos ao Humanismo renascentista.

Depressa as suas reflexões e o manancial de documentos que ia esquadrinhando em bibliotecas e arquivos, entre obras raras e manuscritos inéditos, em Portugal e no estrangeiro, lhe revelaram que esse era um caminho que a ciência filológica tinha de trilhar. Acreditava nas virtualidades da filologia, acreditava que o segredo estava na palavra original, acreditava que não era possível estudar as letras portuguesas do século XVI e seus autores sem conhecer o que em latim tinham produzido, por ser essa a língua culta do tempo. Uma língua que o século XX foi progressivamente ostracizando, assim caminhando, sem se dar conta, na senda da incultura e da ignorância, umas vezes por omissão, as mais delas por ação.

Seguro da sua razão, fez o que um académico de verdade sabe e deve fazer — lançou as bases dos estudos em que acreditava: investigou, ensinou, formou, atraiu discípulos para aquilo que era a sua crença, sugeriu pistas, traçou rumos. Fez escola — essa é a expressão certa para o seu trabalho pioneiro. E dessa escola saíram teses de licenciatura, no tempo em que as havia, teses de

mestrado, doutoramentos. Discípulos seus, entre os quais me conto, com muito orgulho, e já depois discípulos de discípulos seus, ocupam hoje lugares de destaque em universidades de Portugal e do estrangeiro, muitos deles já no topo da carreira, alguns já jubilados, uns quantos já desaparecidos, como ele, do nosso convívio.

Nesse labor de formar gerações de investigadores era um orientador original: jamais limitava a liberdade dos seus orientandos, jamais lhes definia balizas apertadas ou estreitos trilhos, antes lhes consentia seguirem o seu rumo, o seu instinto, mesmo, a sua capacidade de iniciativa. Estava sempre disponível para esclarecer dúvidas, para responder a perguntas difíceis, para deitar luz sobre temas e passos obscuros, muitos deles resolúveis pela sua memória invejável, para sugerir leituras complementares. Mas em circunstância alguma impunha caminhos, determinava temas, forçava opções. O percurso de um investigador a caminho do doutoramento era também uma aprendizagem de maturidade, de autonomia. E ele respeitava isso, numa atitude que era, ao tempo, menos frequente do que se julga.

Graças a ele, uma unidade de investigação que dirigiu em Coimbra durante vários anos e de que foi o primeiro Presidente e que tem merecido as mais elevadas classificações em avaliações internacionais, possui o nome de Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (sublinhe-se Humanísticos) e alberga uma linha de investigação dedicada aos estudos do Humanismo português. A um universitário pede-se que faça isso mesmo: que ensine, que investigue, que forme discípulos, que faça escola. Costa Ramalho fez tudo isso. O fruto do seu labor está à vista e não se extinguirá tão cedo. Poderão outros — alguns deles seus discípulos — ser como ele, ser melhores do que ele até, irem mais longe do que ele. É duvidoso, mas admitamos que sim. Não o seriam e não o fariam sem ele. Essa é a sua grandeza. Onde estiver, estará sorrindo de orgulho por ver o caminho trilhado por esses frutos das suas mãos de artesão da ciência filológica.

Foi, pois, acima de tudo nos estudos sobre o Humanismo português que alicerçou o seu prestígio em Portugal e fora de Portugal. A eles, em especial, se ficará a dever ter sido membro de muitas academias, a começar pela Academia das Ciências de Lisboa, onde entrou em 1955, aos 33 anos, como sócio correspondente, e a partir de 1987 como académico de número, a ocupar uma cadeira que fora de Aquilino Ribeiro e de Delfim Santos ou Domingos Monteiro. E também da Academia Portuguesa da História, da Hispanic Society of America, da Société

des Études Latines, de Paris, da Société Européenne de Culture, de Veneza, e da Real Academia de la Historia, de Madrid.

Mas um humanista, direi mesmo um universitário de corpo inteiro que se assumia como humanista, não limita a sua ação ao ensino, à investigação, aos livros que lê e aos que publica. Um humanista envolve-se para além disso. Américo da Costa Ramalho era um homem de cultura, no sentido amplo da palavra, e era um homem da universidade, enquanto projeto, enquanto desígnio, enquanto forma de vida.

Isso o levou a ser deputado, ainda que por breve tempo, num mandato onde o que dele ficou foram intervenções em defesa das línguas clássicas no sistema de educação português. Breve foi tal percurso, pois logo rumou a Nova Iorque, onde se manteve três anos, como *visiting professor* na New York University, em tempo em que tal condição era bem rara e sinal de inegável prestígio, experiência que viria a repetir de 1975 a 1977 em diversas universidades brasileiras. Foi também isso que o levou a presidir ao Instituto de Alta Cultura. E foi a entrega à Universidade que fez dele Diretor da Faculdade de Letras de Coimbra e, depois, Diretor do seu Instituto de Estudos Clássicos, Diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra, entre várias outras funções que a Universidade lhe confiou.

Trabalhou ininterruptamente até aos 91 anos, idade em que a vigilante divindade que maneja a tesoura cortou o fio da sua existência.

A surdez que atingiu Beethoven no cabo da sua vida, ele cujo génio era a música, não logrou impedi-lo de compor uma de suas mais grandiosas obras, a *Nona Sinfonia*. Sem que conseguisse ouvir, pôde senti-la, por certo, que era uma forma de a ouvir, no lugar onde pulsam as emoções, seja isso onde for. Costa Ramalho perdeu progressivamente a visão, o que vale por dizer que ficou privado de uma dimensão fulcral ao seu labor: a palavra escrita. Mas nem por isso deixou de trabalhar, seguramente porque continuou a senti-la.

Lembro-me dele em Braga, num dos vários congressos a propósito do centenário de Damião de Góis, a circular altivo, como sempre foi (e não há na palavra nenhum sentido depreciativo), entre os congressistas, amparado por uma das suas discípulas ou um de seus discípulos. Por esse tempo, continuava a escrever. Acedia aos textos por mão de quem lhos lia — e várias pessoas o faziam, com destaque para sua filha, a Dr.^a Regina Costa Ramalho, que eu daqui saúdo. Até

uma dissertação de doutoramento orientou em tais condições, lida toda ela pela filha. E assim mesmo escrevia. Ditava e ela ou alguém escrevia.

Faltou-lhe a palavra escrita, mas não lhe faltou a palavra, esse centro nevrálgico e sentido primeiro e último, por opção assumida, da sua existência.

Ensinou-me um dia uma jovem assistente chinesa que frequentou uma aula minha, não mais de um par de horas numa ação de formação, que, para os chineses, “professor um dia, professor toda a vida”. “Meu professor”, é assim que me chama desde então. Aprendi a lição e vou mais longe. Costa Ramalho é (não apenas “foi”) o nosso Mestre, o nosso Professor. É por isso que estamos aqui com ele, unidos na palavra, o tal sentido da sua vida e também o legado que nos deixou.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

COMUNICAÇÃO RECEBIDA A 13 DE JANEIRO DE 2024